

Concurso fraudulento de Piancó completa oito meses sem solução

Oito meses atrás 2.119 pessoas de toda a região pagaram entre 40 e 75 reais para se inscreverem no segundo concurso público da Prefeitura de Piancó, realizado em julho de 2009, mas posteriormente cancelado pela Justiça, e hoje amargam prejuízos, frustrações e desesperança quanto à devolução do seu dinheiro. Pairam sobre suas cabeças a triste sensação de que foram enganadas.

O concurso objetivava preencher 605 vagas na administração municipal e foi realizado no dia 19 de julho, mas o resultado não foi divulgado por determinação de uma liminar da Justiça a pedido do Ministério Público, que detectou fraude na licitação para a escolha da empresa responsável pelo certame e irregularidades nas provas aplicadas.

O Ministério Público

pediu o cancelamento da divulgação do resultado e foi atendido, mas não solicitou que a Justiça obrigasse a Prefeitura a devolver o dinheiro das inscrições, deixando centenas de candidatos prejudicados.

“A gente fez o maior sacrifício para se inscrever no concurso, pagando caro e acreditando que a coisa fosse séria, mas era uma fraude, e nós fomos os únicos punidos, porque ficamos sem dinheiro e perdemos tempo, enquanto que a Prefeitura ficou de cofres cheios”, desabafa um candidato que pediu para não se identificar.

O promotor curador substituto, dr. Elmar Thiago Pereira Alencar, confirma que a ação do Ministério Público foi somente no sentido de evitar que o resultado fosse divulgado em razão das inúmeras irregularidades constatadas no certame, mas assegura que os

candidatos podem procurar a Curadoria para solucionar o problema.

“Eu acredito que já exista uma ação popular na Justiça pedindo a devolução do dinheiro aos candidatos, e é bom que eles se certifiquem disso, e havendo ou não ação, podem procurar o Ministério Público para que possamos buscar uma solução”, comentou o promotor em entrevista à Folha.

A informação é que a Prefeitura de Piancó arrecadou R\$ 125.300,00 com o certame, realizado desnecessariamente e com o intuito único de arrecadar dinheiro, conforme o vereador Sossinha, já que, “grande parte dos aprovados no primeiro concurso ainda nem foram chamados, então não havia necessidade de se fazer mais um concurso”.

O vereador Pádua Leite confirma que protocolou no dia 10 de novembro de 2009 um ação popular

na Justiça pedindo a anulação do concurso e a devolução do dinheiro aos candidatos. Conforme ele, a licitação foi fraudada para beneficiar a Fundação Sertaneja Pró-Educar, que aplicou as provas.

“Uma outra irregularidade é que o dinheiro arrecadado com as inscrições foi destinado à entidade, o que é ilegal porque taxa de concurso é verba pública e não pode ir para as mãos de particulares”, comentou Pádua, ao informar também que representou criminalmente a prefeita Flávia, a comissão municipal de licitação, os diretores da Fundação que aplicou o concurso e mais três entidades que favoreceram a fraude licitatória.

O vereador aguarda a decisão da Justiça confiante na anulação do concurso e na devolução do dinheiro às pessoas que fizeram a inscrição.

Em 6 meses, 5 ex-prefeitos e um atual foram denunciados pelo Ministério Público Federal

De outubro do ano passado até este mês, o Ministério Público Federal (MPF) em Sousa ajuizou denúncias contra cinco ex-prefeitos do Vale e um atual prefeito regional por improbidade administrativa.

Com base em relatórios produzidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), o MPF confirmou irregularidades encontradas na aplicação dos recursos conveniados entre as Prefeitura e a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Ministério da Integração Nacional, Ministério das Comunicações e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e destinado à compra de merenda escolar.

O primeiro a ser denunciado foi Hélio Costa. O MPF constatou que o ex-prefeito de Igaracy, que governou o município de 1997 a 2004, não aplicou corretamente os recursos federais repassados à Prefeitura para a execução do convênio de nº 344 feito com a Funasa no ano de 2001, no valor de R\$ 130 mil, objetivando melhorias sanitárias em residências pobres. Além dele, duas pessoas e duas construtoras também estão sendo processadas.

O ex-prefeito é acusado de fraudar e direcionar licitação para beneficiar as construtoras. “Hélio Costa também omitiu-se do dever de fiscalizar a execução da obra, permitindo que a empresa não executasse a contento os serviços prestados e deixasse outros serviços sem execução”, citou na ação o procurador da República Rodolfo Alves Silva.

Olho D’água: o ex-prefeito Júlio Lopes Cavalcante, que administrou o município de 2001 a 2008, está sendo processado pelo Ministério Público Federal também por desvios de recursos da Funasa, estes destinados à substituição de casas de taipa por alvenaria para o controle das doenças de chagas.

Foi repassado ao município, conforme o MPF, 240 mil reais através do convênio 367/2003. “No entanto, o ex-prefeito se apropriou dos recursos financeiros do convênio, por meio da emissão de cheques em favor da própria prefeitura”, diz o órgão federal.

Para ocultar o desvio e ludibriar o Poder Público, o MPF diz que o acusado encaminhou a prestação de contas à Funasa, na qual constava que os cheques sacados da conta corrente específica do convênio haviam sido emitidos nominalmente à América Construções e Serviços Ltda. – empresa responsável pela execução do objeto do convênio.

Conforme constatado pela Funasa, mediante vistorias técnicas realizadas em janeiro de 2008, apenas 36,10% das obras foram iniciadas, sendo que nenhuma das melhorias habitacionais foi concluída. Ainda segundo o relatório das vistorias, várias irregularidades foram constatadas, como substituição da linha de várias casas por dois caibros e construção dos tanques sépticos fora do padrão.

O Ministério Público Federal pediu que o ex-prefeito Júlio Cavalcante seja condenado pelos crimes de responsabilidade por desvio de rendas públicas, em proveito próprio ou alheio, passível de reclusão de até 12 anos, e também por falsidade ideológica, podendo receber pena de até cinco anos de reclusão.

Emas: o MPF entrou com ação de improbidade administrativa na Justiça contra o ex-prefeito José William Madruga, que comandou o município de 2001 a 2008, e o empresário Rivanildo Santos de Lira, por desvio de recursos públicos federais repassados pelo Ministério da Integração Nacional, através do Convênio nº 434/2001.

O objeto do citado convênio era a construção de quatro passagens molhadas nas localidades de Fazenda, Jardim, Anjico e Riacho de Boi, de acordo com o plano de trabalho devidamente aprovado pelo Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 94 mil, sendo R\$ 90 mil a ser creditado na Caixa Econômica Federal e R\$ 4 mil, a título de contrapartida do município de Emas.

A vigência do referido convênio compreendeu o período de 240 dias, a contar da data da liberação dos recursos, sendo 180 dias destinados à execução do objeto e 60 dias para apresentação da prestação de contas. Mas, finalizado o prazo de vigência do convênio, José William Madruga deixou de apresentar a prestação de contas, razão pela qual foi instaurada a Tomada de Contas Especial (pelo Tribunal de Contas da União - TCU) nº 040/2004, a qual concluiu responsabilizando o ex-prefeito pela importância de R\$ 90 mil.

A ação foi ajuizada em 5 de novembro de 2009 e aguarda decisão da Justiça Federal. O processo recebeu o nº 0002684-36.2009.4.05.8202 (que pela antiga numeração é o 2009.82.02.002684-6).

De acordo com os autos, para a execução do convênio foi realizado o processo licitatório (Carta Convite nº 14/2002), do qual saiu vencedora a Construtora Bahamas Ltda. Em diligência na sede da mencionada empresa, a Polícia Federal constatou que nunca funcionou nenhuma construtora no endereço constante no cadastro da Receita Federal e/ou contrato social, havendo fortes indícios que se trata de uma empresa fantasma, constituída apenas para participar de licitações e desviar recursos públicos.

Na ação, o Ministério Público Federal argumenta que José William Madruga emitiu, mesmo assim, diversos cheques em benefício da referida construtora, sem que a mesma estivesse executando regularmente a obra, concorrendo para o desvio de recursos públicos.

“Diante disso, impõe-se concluir que os valores repassados pelo Governo Federal não foram aplicados no objeto do convênio em foco, visto que os requeridos José William Madruga e Rivanildo Santos de Lira desviaram em proveito próprio a importância de R\$ 72.142,49, através de emissão de diversos cheques em benefício da Construtora Bahamas, de propriedade deste último”, enfatizou a procuradora da República Lívia Sousa.

Em **Catingueira**, o MPF processa o atual prefeito Edvan Félix, outras seis pessoas e uma empresa privada por desvio de recursos públicos repassados pelo Ministério da Educação, através do PNAE. Em 2006, a Prefeitura de Catingueira recebeu a quantia de R\$ 38.729,60, para subsidiar a alimentação escolar de alunos da educação básica de escolas públicas e filantrópicas. No prazo legal, foi

encaminhada a prestação de contas dos recursos recebidos ao PNAE, tendo sido desaprovadas, em razão de diversas irregularidades detectadas pelos auditores da Controladoria-Geral da União (CGU), o que ensejou a instauração do Procedimento Administrativo nº 1.24.002.000071/2009-41, na Procuradoria da República em Sousa.

Além do prefeito Edvan Félix, a ação é contra o ex-secretário municipal de Finanças José Hamilton Remígio de Assis Marques; o advogado José de Arimatéia Rodrigues Lacerda; os membros da Comissão Permanente de Licitação Marcones Gomes Alencar, Erasmo Félix de Sousa e Teóclito Gomes de Caldas; o comerciante Alexandre Trindade Leite e a empresa ATL Alimentos do Brasil Ltda.

Santana de Mangueira: o ex-prefeito Umberto Pereira, que governou o município de 2005 a 2008, e cinco empresas estão sendo processadas por envolvimento em irregularidades na execução do convênio nº 009/2005, celebrado com o Ministério das Comunicações, no valor de R\$ 140 mil, para implantação de Telecentro comunitário na cidade.

Após a execução da obra, o Ministério das Comunicações realizou vistoria no local, emitindo o Relatório de Fiscalização nº 014/2006, constatando-se que a execução do convênio não atingiu os resultados estabelecidos no plano de trabalho em razão de diversas irregularidades.

Terminado o prazo de vigência do convênio, o Ministério das Comunicações realizou outra vistoria no local e emitiu o Relatório de Fiscalização nº 092/2007, atestando novamente que a obra estava irregular e que o convênio não atingiu os objetivos esperados. “O Telecentro está montado e vem funcionando na Escola Municipal de 1º e 2º graus Prefeito Francisco Braga, na Rua Antônio de Souza Mangueira, local que difere do endereço indicado no Plano de Trabalho”, apontou o relatório, que destacou ainda irregularidades como marcas diferentes de equipamentos (CPUs, mouses, teclados, estabilizadores); limpeza eventual dos banheiros; falta de drive de disquete nos computadores; máquinas funcionando com Windows XP, sem a apresentação das licenças de uso, cadeira quebrada e CPU no chão.

Boa Ventura: o MPF move quatro ações de improbidade administrativa contra o ex-prefeito Fábio Arruda. Quatro pessoas e cinco construtoras também estão sendo processadas pelo órgão federal.

As irregularidades, segundo o procurador da República Victor Carvalho Veggi, ocorreram em convênios do município firmados com o Ministério da Integração Nacional e a Funasa, no período de 1996 a 2004, durante as duas gestões de Fábio.

Uma das ações refere-se ao convênio nº 1192/02, no valor de R\$ 128.363,00, firmado em 2001, entre o município e o Ministério da Integração Nacional para a reconstrução de 23 casas. No entanto, segundo procedimento administrativo instaurado pelo MPF, apurou-se que houve desvio de verbas do convênio em proveito da construtora que venceu a licitação para a reconstrução das unidades.

Outra ação ajuizada pelo MPF diz respeito à irregularidades praticadas na execução do convênio

nº 442/00, firmado entre o município e a Funasa. Este convênio, assinado em 30 de dezembro de 2001, consistia na execução de sistemas de abastecimento de água nas localidades Lajes, Tamanduá e Queimadas, no valor total de R\$ 140.352,42.

Uma terceira ação do MPF contra Fábio Arruda refere-se a irregularidades nos convênios nº 1198/01 e nº 183/01, firmados com o Ministério da Integração Nacional e a Funasa, respectivamente. O objetivo do convênio com a Funasa era a construção de módulos sanitários domiciliares. Em decorrência do referido convênio, foram repassados ao município cerca de R\$ 78 mil, em 21 de janeiro de 2002.

Já no convênio com o Ministério da Integração Nacional para a construção de açude comunitário no sítio Saco, no valor de R\$ 110 mil, a irregularidade deuse, supostamente, através de fraude na licitação, modalidade carta-convite.

A quarta ação contra Fábio Arruda trata de irregularidades na aplicação de R\$ 103.699,89 destinados à reconstrução de 21 unidades habitacionais para controle da doença de Chagas no município. O valor foi repassado à Prefeitura por meio do convênio nº 2261/99, firmado com a Funasa, na gestão do ex-prefeito.

Dos ex-prefeitos denunciados, apenas Fábio Arruda encaminhou nota à imprensa rebatendo as acusações do Ministério Público Federal. Conforme Fábio, as denúncias não procedem, já que todos os convênios citados pelo MPF foram aprovados pelos órgãos concedentes e que todas as despesas foram julgadas regulares pelo Tribunal de Contas da União.

O ex-prefeito argumenta que “durante a execução das obras foram detectados alguns erros meramente formais, mas foram corrigidos, adequando os respectivos convênios aos planos de trabalho”, e que vai provar na Justiça que não promoveu qualquer dano ao erário público nem auferiu qualquer vantagem na execução das obras.

Condenação

Além das penalidades peculiares a cada um dos envolvidos, o Ministério Público Federal pede ainda a condenação de todos os acusados em sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), cujas penalidades aos infratores são o ressarcimento integral do dano ao erário público, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o poder público e receber benefícios e incentivos fiscais, além da suspensão dos direitos



O ex-prefeito de Olho D’água, Júlio Cavalcante, é um dos acusados pelo MPF de Sousa

Ebulição

Antônio Cabral - 9125-5856 antoniocabral.cbrl@gmail.com

UEPB EM PIANCÓ

A população piancoense está envolvida na luta por um campus da Universidade Estadual da Paraíba para a cidade. A luta pela vinda da UEPB se tornou uma “briga” pessoal entre a população e o Governo do Estado. As pessoas estão tão envolvidas nesta luta que não sabem fazer outra coisa, senão comentar sobre o assunto e exigirem de seus representantes ações no sentido de tornar realidade a vinda de um campus da UEPB para Piancó.

PÁDUA DEPUTADO

O vereador petista Antônio de Pádua Pereira Leite disse recentemente em seu site que vai colocar o seu nome como pré-candidato à uma Cadeira na Casa de Epitácio Pessoa. Há cerca de um mês, colocamos aqui em nossa coluna especulações neste sentido feitas por populares. Hoje o parlamentar mirim confirma sua decisão. Mas ele enfrentará outro filho de Piancó para o mesmo cargo. Trata-se do jovem professor de história que atualmente reside em João Pessoa, Antônio Santana, filiado ao PSB. Professor Santana é um dos coordenadores da campanha de Ricardo Coutinho no Vale.

SEM ÁGUA

As populações do bairro Campo Novo I e II já estão se acostumando com a constante falta de água em suas residências, provocada não pela falta de encanamento, mas pela falta do próprio líquido. A cidade é rodeada de água, mas a população ainda sofre com este problema, que já vem há bastante tempo. A população não tem mais a quem recorrer, já que todas as autoridades que representam o Governo do Estado aqui em Piancó já tomaram consciência do problema e não agem para solucioná-lo. “Sem água a gente não sobrevive”, disse uma senhora do bairro Campo Novo.

SEM MÉDICO NOS PSFS

O povo de Piancó tem sofrido com o descaso na saúde local. Os postos do Programa Saúde da Família (PSF) estão bem equipados e com equipes de profissionais excelentes, mas não podem funcionar a contento porque falta o principal: um médico plantonista. O PSF “Eudo Morua Diniz” é o mais prejudicado por ficar numa área de população muito grande, agrupando os conjuntos Jomar Mendonça (antigo Mariz), Santo Antônio (Pe. Luciano), Mutirão, Caixa D’água, Campos I e II e tantos outros. Apelos são feitos quase que diariamente nos veículos de comunicação da cidade e na Câmara de Vereadores, mas não são ouvidos. “Final, quem é hoje o secretário de saúde de Piancó?”, pergunta a população indignada.

SEM FARDAMENTO ESCOLAR

Com dinheiro sobrando para a educação, Piancó é a única cidade do Vale que os estudantes não recebem fardamento escolar há vários anos. Apelos já se tomaram uma constante aos funcionários da educação municipal e até parlamentares ligados a prefeita já cobraram, mas nada é resolvido e o aluno tem que comprar vestimentas para todos os dias estar na escola. Assim não dá!

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Não se sabe de quem foi a ideia de se colocar a sede da Secretaria de Educação de Piancó em um local muito distante da zona urbana. A nova sede da secretaria fica em um local onde as pessoas costumam jogar o lixo residencial e lá, bem próximo, existe uma pocilga que exala um mau cheiro insuportável. É bem verdade o que dizem pelas ruas de Piancó: a educação aqui está relegada a segundo plano. Talvez a último plano.

SESSÃO NAS QUINTAS

A Câmara de Vereadores de Piancó, na intenção de trazer populares para suas sessões, mudou o dia das reuniões ordinárias. Agora passa a ser nas quintas-feiras, sempre às 19 horas. As sessões ocorriam aos sábados, com início às 9 horas e, mesmo assim, sendo dia de feriado na cidade, o número de pessoas presentes às sessões era mínimo. Com esta nova mudança, espera-se que o povo frequente mais as sessões e fiscalizem os seus vereadores.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

E por falar na Câmara de Vereadores de Piancó, temos que reconhecer a sessão ocorrida no último dia 8 de março, quando se realizou ali uma sessão especial para comemorar os 100 anos do Dia Internacional da Mulher. É assim que se faz democracia: não é necessário que se discuta apenas questões de cunho político. Homenagens deste tipo também são muito importantes. É bom que retirem da gaveta a Comenda Ademar Paulino Arantes e ofereçam às pessoas que fazem algo por nossa terra. Parabéns às mulheres de Piancó.

SEM CHUVA E SEM AJUDA

O agricultor piancoense é um homem sem representante. A situação porque passam estes trabalhadores rurais é penosa diante da situação atual imposta pelo clima em nosso planeta. Muitos pequenos produtores têm recorrido a Deus para solucionar os seus problemas, já que não acreditam mais nos gestores públicos e nos responsáveis por esta área no setor público municipal. Sem chuva e sem ajuda, assim não dá!

BARRACOS EM FRENTE À RODOVIÁRIA

Andando pelas cidades do Vale do Piancó pode observar os comentários de visitantes que vem à nossa cidade a respeito do terminal rodoviário “Djalma Leite Ferreira”. Não é possível que alguém, em sua consciência, possa tomar uma atitude dessa, deixando que se construa “barracos” bem em frente ao terminal rodoviário. Minha gente, a nossa cidade lutou tanto para substituir os barracos de madeira que existiam em um terreno próximo à rodoviária, e conseguiu. Mas depois desta luta, tudo volta novamente... Piancó é uma cidade pólo e merece ser melhor conservada e sua arquitetura necessita ser preservada. Vamos acionar o curador do patrimônio público para ver se embarga esta “obra” o mais urgente possível.

RICARDO CAI EM CONVÊNIO

Em janeiro deste ano, a cidade de Piancó parecia estar decidida a votar na figura do prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho (PSB). Mas de uns meses para cá a situação mudou: O governador José Maranhão (PMDB) está buscando trazer para seu seio todos aqueles que antes imaginavam votar no prefeito para o Governo do Estado. Cícero Lucena (PSDB) lamenta a falta de ética e de companheirismo dos seus “amigos” Cássio, Efraim, Rômulo Gouveia, entre outros. Com sua candidatura já lançada ao Senado, o deputado federal Wellington Roberto diz que Cícero não desistirá. A prefeita de Piancó declarou, em épocas recentes, que apoiará o senador Cícero para o governo da Paraíba.

SANTANA DE LUTO

A morte do jovem Isaac, na cidade de Santana dos Garrotes, na noite de 17 para o dia 18 deste mês, chocou toda a população do Vale do Piancó. A insegurança invadiu até a zona rural de nossas cidades. Sem uma política de segurança pública para as comunidades rurais, o Governo do Estado tenta amenizar tal situação enviando carros novos para o policiamento na zona urbana. Aumento do efetivo da Polícia Militar e mais agentes da Polícia Civil são necessários para que a população possa ser tranquilizada diante de tanta barbárie que vem ocorrendo em nosso interior.

A MORTE DE JOÃO NASCIMENTO

Quem não se lembra de João Nascimento, aquele velhinho tranquilo que fazia as melhores “chuvinhas” e os melhores “traques” que existiam em Piancó? Pois é! O nosso querido João Nascimento nos deixou neste último dia 17 e, com ele, foram as lembranças de nossa juventude no período de São João, quando das fogueiras na Rua Elzir Matos. Adeus, amigo João!

PROJETO DO ARROZ VERMELHO EM DISCUSSÃO

A equipe técnica que está cuidando do resgate histórico e do cadastramento dos produtores de Arroz Vermelho do Vale do Piancó está preocupada com o final desta primeira etapa do projeto, já que as perspectivas para a renovação do contrato, via licitação, da equipe para uma segunda etapa estão sendo muito difíceis. A Faepa, o Senar-PB e o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) ainda não chegaram a um acordo quanto à renovação do projeto, adiando os recursos para darem continuidade ao trabalho para uma futura Indicação de Procedência (Indicação Geográfica) do produto em nossa região. Os prefeitos do Vale do Piancó devem se manifestar e solicitar da Faepa (Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba) que dê continuidade a este trabalho, sob pena do produtor rural não mais acreditar em trabalhos desta natureza: “Sempre aparecem pessoas aqui dizendo que querem melhorar a produção do arroz vermelho, depois vão embora, e nada acontece”, declarou um produtor. Isso, com certeza, não vai acontecer com este projeto que tem a frente órgãos importantes.

ANIVERSÁRIO

A jovem Arusha Kimberly esteve aniversariando neste mês de março e convidou seus coleginhas de escola e as amigas de sua rua, além de seus familiares, para uma festinha em sua residência no Bairro Campo Novo. Estiveram presentes cerca de 50 pessoas. A menina Arusha completou seus 12 aninhos com muita alegria. Parabéns!